



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 558097 - RS (2014/0177318-0)

**RELATOR** : MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
**AGRAVANTE** : HABITASUL CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A  
**ADVOGADOS** : JÚLIO CÉSAR TRICOT SANTOS - RS032882  
SILVANA ANDRIOTTI TRICOT SANTOS - RS032968  
CRISTINA SILVEIRA TREIN E OUTRO(S) - RS062898  
**AGRAVADO** : SÉRGIO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS  
**AGRAVADO** : MARIA NELI ARAÚJO DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : FABRÍCIO CAGOL - RS065111  
CAROLINE LEDESMA AL-ALAM E OUTRO(S) - RS084827  
**INTERES.** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Habitasul Crédito Imobiliário S/A** contra decisão que, nos termos do art. 543-C, § 7º, I, do CPC/73, negou seguimento ao recurso especial por entender, entre outras teses, que o acórdão recorrido coincide com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, firmada no julgamento do **Recurso Especial n. 1.133.769/RN**, sob o rito dos recursos repetitivos.

#### É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça).

Ao apreciar a Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, DJe 12/5/2011, a Corte Especial deste Tribunal assentou que *"não cabe agravo de instrumento contra decisão que nega seguimento a recurso especial com base no art. 543, § 7º, inciso I, do CPC"*.

Esse entendimento vem sendo reiteradamente aplicado, como demonstram os seguintes precedentes: **AgRg no AREsp 191.631/MA**, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 6/11/2012; **AgRg no Ag 1.368.497/SP**, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 24/8/2012; e **AgRg no AREsp 24.353/RS**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 7/12/2011.

Nessa linha de entendimento:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO, NO TRIBUNAL A QUO, QUE NEGA SEGUIMENTO AO ESPECIAL COM BASE NO ART. 543-C DO CPC. INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DO ART. 544 DO CPC. DESCABIMENTO. ERRO GROSSEIRO. NÃO CONFIGURAÇÃO. REMESSA DO RECURSO PELO STJ À CORTE DE ORIGEM PARA APRECIÇÃO COMO AGRAVO INTERNO. AGRAVO PROVIDO.*

*1. No julgamento da Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP, a Corte Especial assentou o entendimento de que não cabe agravo (CPC, art. 544) contra decisão que nega seguimento a recurso especial com base no art. 543-C, § 7º, I, do CPC, podendo a parte interessada manejar agravo interno ou regimental na origem, demonstrando a especificidade do caso concreto.*

*2. Entretanto, o art. 544 do CPC prevê o cabimento do agravo contra a decisão que não admite o recurso especial, sem fazer distinção acerca do fundamento utilizado para a negativa de seguimento do apelo extraordinário. O não cabimento do agravo em recurso especial, naquela hipótese, deriva de interpretação adotada por esta Corte Superior, a fim de obter a máxima efetividade da sistemática dos recursos representativos da controvérsia, implementada pela Lei 11.672/2008.*

*3. Então, se equivocadamente a parte interpuser o agravo do art. 544 do CPC contra a referida decisão, por não configurar erro grosseiro, cabe ao Superior Tribunal de Justiça remeter o recurso à Corte de origem para sua apreciação como agravo interno.*

*4. Agravo interno provido.*

**(AgRg no AREsp 260.033/PR, Rel. Ministro Raul Araújo, Corte Especial, julgado em 5/8/2015, DJe 25/9/2015).**

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do agravo.

Determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem para apreciação do recurso como agravo interno, na esteira do que foi decidido no julgamento do **AgRg no AREsp 84.138/PR**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 23/3/2012; e do **AgRg no Ag 1.345.024/SP**, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 20/4/2012.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Sérgio Kukina

Relator